



## PODER

Ante a crise na articulação política do governo, presidente resolve tomar a frente e começará a cobrar votos das legendas para as propostas de interesse do Planalto no Congresso. Chefe do Executivo dará início, amanhã, a uma série de reuniões com as siglas

# Lula vai enquadrar partidos aliados

» TAISA MEDEIROS  
» TAINÁ ANDRADE  
» VÍCTOR CORREIA

Ricardo Stuckert/PR



Lula ao lado de Padilha: nos bastidores do Planalto, presidente é apontado como o novo titular das negociações com os parlamentares

Após uma série de derrotas do governo no Congresso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva resolveu chamar à responsabilidade os partidos aliados. Ele exige os votos das legendas nas propostas do Executivo, apreciadas no Parlamento.

A partir de amanhã, ocorrerá uma série de reuniões com os líderes da Câmara e do Senado, assim como com os ministros que representam legendas da base.

Quem estará à frente da organização dos encontros é o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, alvo de críticas pela crise de articulação com o Congresso.

“O presidente Lula pediu, delegou a responsabilidade. E a tarefa, como coordenador político do governo, nesta semana, é de fazer reuniões dos ministros que foram indicados pelos partidos junto com líderes da Câmara para discutirmos a ação na Câmara”, ressaltou Padilha, em coletiva de imprensa, após reunião com Lula.

Conforme destacou Padilha, os encontros com os partidos serão para discutir o calendário das proposições para o primeiro semestre.

De acordo com o ministro, a primeira reunião deve ser com o PSB, partido do vice-presidente Geraldo Alckmin — ele, inclusive, poderá participar.

Na sequência, estão o PSD e, principalmente, o MDB e o União Brasil, que deram votos decisivos para a derrota do governo sobre o **Marco do Saneamento**.

Padilha disse que a intenção de Lula é que essa coordenação siga sob o guarda-chuva da Secretaria de Relações Institucionais, mas frisou que, se precisar, o presidente integrará a articulação. “Toda a vez que ele (Lula) precisar entrar em campo, vai entrar. É bom demais a gente ter um Pelé da política para poder entrar em campo a hora que precisar”, comentou.

As preocupações do Palácio do Planalto são com o cumprimento do calendário de aprovação

### Derrota de peso

Na quarta-feira, a Câmara aprovou, por 295 votos a favor e 136 contra, o projeto que derrubou parte dos decretos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o Marco do Saneamento. As regras editadas pelo chefe do Executivo permitiam que empresas estatais prestassem serviços na área sem licitação.

de projetos de seu interesse, especialmente as matérias de caráter econômico, como a reforma tributária e o arcabouço fiscal. Mas também há atenção especial com o PL das Fake News.

Em relação ao Marco do Saneamento, a mobilização se volta para o Senado, onde o governo tentará reverter a derrota sofrida na Câmara.

“Entendemos o que aconteceu

na semana passada: uma derrota importante. Aconteceu em um momento em que você pode perder, que é o começo do campeonato. Estamos absolutamente convencidos de que iremos ganhar as vitórias mais importantes”, comentou Padilha, sobre a votação do Marco do Saneamento e do adiamento da apreciação do PL das Fake News.

As conversas com os senadores serão administradas pelos ministros da Casa Civil, Rui Costa, e das Cidades, Jader Filho.

Em evento na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), ontem, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), sinalizou que “há uma tendência” de a Casa aprovar o decreto legislativo sobre o saneamento avaliado pela Câmara, consolidando a derrota do governo.

Pacheco frisou, ainda, que sempre há espaço para aprimoramento das relações políticas



**Toda vez que ele (Lula) precisar entrar em campo, vai entrar. É bom demais a gente ter um Pelé da política para poder entrar em campo a hora que precisar”**

Alexandre Padilha, ministro das Relações Institucionais

entre o Executivo e o Congresso. “O governo, embora sejam 120 dias, ainda está começando, está em fase de maturação, teve muitas dificuldades no início do ano, tivemos um 8 de janeiro,

que foi uma expressão muito grave de atentado à democracia e às instituições. Então, estamos em uma fase de afirmação da democracia e do próprio governo”, argumentou.

O parlamentar defendeu que seja dado “o tempo necessário” para que o Executivo possa organizar base e articulação política.

O presidente do Congresso falou também em buscar mais equilíbrio entre os Poderes. “Vivemos 10 anos de muita turbulência no país, políticas das mais diversas, e é um momento muito propício para encontrarmos estabilidade. Estabelecemos uma agenda que seja produtiva, algo que possa evoluir o Brasil, e não involuir”, sustentou. “Essa é a minha busca constante. Vamos estabelecer essa boa relação com o Poder Executivo, com o Judiciário, e encontrar a pauta que seja relevante para o país”, enfatizou Pacheco. (Colaborou **Ândrea Malcher**)

## Encontros periódicos

A partir de amanhã, as reuniões com partidos aliados ocorrerão de forma regular e contarão com a presença de ministros indicados pelas siglas. As cobranças serão aos titulares das pastas e a secretários que compõem o alto escalão do governo.

“Você tem, por exemplo, o ministro das Cidades (Jader Filho), que é um dos autores do decreto do saneamento, e a bancada do MDB votou contra”, citou o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. “É um momento, inclusive, do ministro e do conjunto de representantes da bancada política explicar quais são os motivos (para votar contra)”, prosseguiu.

Além da derrota em relação ao saneamento, o governo viu a instalação de duas comissões parlamentares de inquérito (CPIs), que têm potencial de minar a popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva: a que trata dos atos golpistas de 8 de janeiro e a do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Por falta de votos, o Planalto ainda viu adiada a votação do PL das Fake News, que busca regular a atividade das redes sociais.

Segundo Padilha, esses encontros serão feitos no “ambiente mais tranquilo possível” por mais que a situação entre o governo e a base aliada seja de fragilidade e de críticas mútuas nos bastidores. Apesar de o ministro ressaltar que Lula delegou a responsabilidade sobre os encontros, nos bastidores do Planalto o presidente é apontado como o novo titular das negociações com os parlamentares.

Lula chegou a cobrar Padilha em público, na semana passada — durante a instalação do Conselho de Desenvolvimento Econômico, Social e Sustentável, o Conselho — por causa das queixas que tem recebido de congressistas a respeito da articulação do governo.

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Parecer de Cajado sobre âncora fiscal pode ser apresentado nesta semana

## Negociações movimentam Congresso

Mesmo com a viagem dos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), aos Estados Unidos — o que deve inviabilizar votações importantes no Congresso —, a movimentação nos bastidores é intensa. O governo tenta reorganizar sua base, após uma série de derrotas, preparando para a apreciação, a partir da semana que vem, do novo arcabouço fiscal e do PL das Fake News, entre outras pautas estratégicas.

Lira e Pacheco participam, hoje, de um fórum organizado pelo Lide, grupo de líderes empresariais, em Nova York. O evento trata especialmente de investimentos, com a presença de 250 empresários brasileiros. Outros parlamentares acompanham os presidentes das Casas, como o senador Ciro Nogueira (PP-PI) e os deputados André Fufuca (PP-MA),

Odair Cunha (PT-MG), Danilo Forte (União-PE) e Isnaldo Bulhões (MDB-AL).

Enquanto Lira e Pacheco estão fora, o relator do arcabouço fiscal na Câmara, Cláudio Cajado (PP-BA), prepara seu parecer sobre a matéria, que pode ser apresentado ainda nesta semana.

Em entrevista ao jornal *O Globo*, o parlamentar disse que a votação do pedido de urgência para o projeto deve ocorrer na terça-feira. A data coincide com a volta de Lira ao Brasil e, segundo o relator, foi sinalizada pelo presidente da Câmara.

Aprovada a urgência, o texto pode ser apreciado direto pelo plenário, sem passar pelas comissões. Entre os parlamentares, porém, a expectativa é de que a apreciação da matéria ocorra apenas no fim do mês, ou em junho, caso as comissões

parlamentares de inquérito atraiam a pauta legislativa.

Em coletiva de imprensa, o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, explicou, ontem, que quer se reunir com Cajado e integrantes da Fazenda antes que o parecer seja entregue ao Congresso. “Esta semana, devemos ter a proposta entregue, e trabalharmos para votarmos, na próxima semana, a nova regra fiscal do país na Câmara dos Deputados”, frisou o ministro.

Em outra frente, é aguardada para esta semana a instauração da comissão parlamentar mista de inquérito (CPMI) com o objetivo de investigar os ataques golpistas de 8 de janeiro. Base governista e oposição ainda têm de definir os integrantes do colegiado. A previsão é que a composição seja oficializada apenas na semana que vem, assim como as CPIs das ONGs e do MST. (TMeVC)

### » Comissões para votar MPs

O Congresso deve instaurar, hoje, por volta das 14h30, a Comissão Mista para votar a Medida Provisória 1.165/23, que altera as regras do programa Mais Médicos. A MP visa incentivar médicos contratados pelo programa a atuarem em regiões mais afastadas e carentes. Também está marcada sessão deliberativa da comissão criada para votar a MP do Bolsa Família. O colegiado é presidido pelo senador Fabiano Contarato (PT-ES).